

GDF investirá 50 bi na reativação da economia

MALU PIRES

O governador Joaquim Roriz anunciou ontem que, a partir de janeiro, serão alocados para o Fundo de Desenvolvimento do DF Cr\$ 4 bilhões por mês, que, corrigidos, representam um incentivo de Cr\$ 50 bilhões no ano para financiamento de projetos industriais e comerciais. A medida é uma resposta à reivindicação do empresariado de adoção de medidas de reativação da economia e geração de empregos, e constará do pacote de projetos que será enviado à Câmara Legislativa no próximo dia 16.

O governador enviará nesta semana mensagem ao Legislativo prevendo sua convocação extraordinária para votação do pacote de medidas de reativação da economia do Distrito Federal. O objetivo de Roriz é de que todas as matérias relativas ao assunto estejam em vigor no início de 1993, conforme revelou ontem durante encontro realizado com cerca de 25 representantes de diversos segmentos industriais e comerciais ocorrido na residência oficial de Águas Claras.

No dia 6 serão acordados entre governo e empresariado os textos finais dos projetos a serem votados, cujo conteúdo será elaborado pela Procuradoria Geral do DF, com base nas propostas feitas ontem por autoridades governamentais, industriais e comerciantes. Dentre elas se destacam a reformulação do Prodecon, o recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) por estimativa e a simplificação do cálculo do ISS (Imposto Sobre Serviços) nos contratos de prestação de serviços com fornecimento de materiais.

As medidas tributárias, lembrou o governador, têm por meta trazer para a rede pagadora cerca de 20 mil empresários que hoje se encontram fora dela, mantendo como piso o atual nível de arrecadação do DF. De acordo com o secretário da Fazenda, Everardo Maciel, até amanhã o texto destas mudanças estará pronto para encaminhamento à Procuradoria. "A principal diferença se dará em relação ao ICMS", enfatizou Maciel.

Hoje, explicou, este imposto é

calculado mediante a apuração de créditos e débitos. Com a instituição da estimativa, será determinada uma alíquota sobre o faturamento declarado, que será paga pelo empresário todo o mês através de carnê. Caberá ao secretário de Desenvolvimento Econômico, Nury Andraus, realizar o anteprojeto que dotará o Prodecon de mecanismos que deem às indústrias locais competitividade e incentivos para a instalação de novos empreendimentos.

Já as secretarias de Obras Pú-

blicas e Administração, Banco de Brasília e Grupo Executivo do Metrô tomarão medidas para agilizar em suas áreas as determinações já feitas de priorização ao empresariado local em suas áreas. Neste campo, vale lembrar, os Cr\$ 50 bilhões do FunDF, gerenciado pelo Banco de Brasília, terão percentuais diferentes para as empresas habilitadas. As micro pagarão 50% do valor da correção monetária do financiamento, as pequenas 80% e as médias e grandes o integral.



Roriz anunciou as medidas para reativar a economia na reunião com industriais e comerciantes

PROPOSTAS

1. Projeto de lei que dê ao Prodecon mais agressividade na política de incentivos.
2. Projeto de lei de recolhimento do ICMS por estimativa.
3. Projeto de lei de simplificação do cálculo do ISS nos contratos de prestação de serviços, com fornecimento de materiais.
4. Agilização da implantação das macroáreas de expansão econômica de Sambaíba e Área Alfa.
5. Locação mensal de Cr\$ 4 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento.
6. Priorização das empresas locais nas compras governamentais.
7. Valorização dos recursos do DF na construção do metrô.
8. Estabelecimento de que a prioridade do BRB é o fomento.
9. Agilização da votação do projeto de flexibilização do zoneamento industrial e comercial nas cidades-satélites.

Convocação divide opiniões na Câmara

O líder do PT na Câmara Legislativa, deputado Wasny de Roure, considerou desnecessária a convocação extraordinária do Legislativo, para votar o pacote de reativação econômica de Brasília, proposto pelo governador Joaquim Roriz. "Desde que o governo envie as medidas, ainda na próxima semana, poderemos votá-las juntamente com a proposta de Orçamento e a Lei Orgânica, dispensando um gasto extra de Cr\$ 624 milhões", disse o deputado.

Da mesma opinião é a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB), para quem a proposta do governo local chega com atraso. "Poderemos fazer um esforço concentrado para examinar e votar as medidas propostas pelo Governo, sem a necessidade de convocação extra", disse.

O presidente da Câmara, deputado Salviano Guimarães (PDT), disse que a convocação extra é uma prerrogativa do governador.

O líder do Governo e do PTR na Câmara, deputado Edimar Pireneus, está seguro de que a convocação extra será aprovada com facilidade no Legislativo. (Jairo Viana).